



CONEPE 2017
**IV CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO**



**Conhecimento, escolhas
e transformação**

**INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense**
Campus
Campos Guarus

ISSN 2525-975X

TRATAMENTO ISONÔMICO AOS DESIGUAIS: A INCLUSÃO INDÍGENA POR COTAS ETNO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

ERIKA FLORIDO PESSANHA e MIRILA GREICY BITTENCOURT CUNHA

De extrema importância para o cenário de redemocratização do Brasil, as Políticas Afirmativas, também denominadas Ações Positivas, objetivam dar tratamento isonômico àqueles que sofrem discriminações que impedem mesmas condições econômicas, sociais, educacionais e profissionais. Nesse sentido, na medida da desigualdade, surge o que denominamos a faceta do tratamento desigual aos desiguais para assim desdobrar o princípio da igualdade em formal e material. É justamente nessa igualdade material que se vislumbra a necessidade de proporcionar a esses grupos desiguais medidas afirmativas que possam integrá-los. Dentro dessa temática, o presente trabalho destina-se as ações positivas de inclusão social, pelo sistema de cotas etno-raciais, em exame particular ao ingresso de indígenas nos Cursos Superiores de Graduação na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), situada na cidade de Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro. Para isso, o estudo será orientado pela temática trazida na Lei 3.708/2001, e na Lei 5.346, sancionada em 11 de dezembro de 2008 pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral que apresenta, pela primeira vez, indígenas inseridos no percentual de 20% destinados aos negros. Há uma linha de estudiosos que consideram o sistema de cotas inconstitucional, pois acreditam que ocasionam a promoção do preconceito ao avesso. Contudo, neste, acreditamos que as Políticas Afirmativas trazem possibilidades frente desigualdades históricas em nosso país. Pois a política de ações afirmativas nasce com o escopo de reparar e, ao mesmo tempo, de contemplar a diversidade em busca de uma justiça social distributiva, planejada para dar condições de igualdade ao admitir, por exemplo, serviços como o ensino educacional de nível superior. Para tanto, uma vez ingressados em uma universidade, teriam esses grupos etno-raciais o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica? Sua identidade cultural mantém-se preservada diante nova dinâmica dentre diferenciados atores sociais? Há, no decorrer da sua formação, uma “crise de identidade”? Até que ponto os gestores das instituições, corpo docente, demais discentes, influenciam o sentimento de pertencimento?

Palavras-chave: Estado. Políticas Afirmativas. Cotas Etno-Raciais.